
CÁCERES: HISTÓRICO, DESMEMBRAMENTOS E A QUESTÃO REGIONAL DO SUDOESTE MATO-GROSSENSE¹

CÁCERES: HISTORY, DISMEMBERMENT AND REGIONAL ISSUE OF SOUTHWEST MATO GROSSO

Evaldo Ferreira²

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo analisar a configuração regional dos municípios que compõem o sudoeste do Estado de Mato Grosso pertencentes às microrregiões geográficas do Alto Guaporé, Tangará da Serra e Jauru; além daqueles que também compõem a Região de Planejamento VII (Cáceres). Metodologicamente, a análise priorizará apenas o contexto histórico, os desmembramentos territoriais e os agrupamentos municipais em regionalizações oficiais e institucionais realizadas por órgãos estaduais que, administrativamente, propõem recortes regionais do Estado para a execução de suas atividades. Os resultados mostraram que há forte relação entre Cáceres e os municípios emancipados de seu território, sendo sua centralidade dividida, por questões de proximidade, com Pontes e Lacerda.

Palavras-chave: Mato Grosso. Emancipações. Regionalizações. Região funcional. Polarização.

ABSTRACT: This research aims to analyze the regional setting of the municipalities that make up the southwestern Mato Grosso State, belonging to the geographical micro-regions of Alto Guaporé, Tangara da Serra and Jauru; besides those who also make up the Region VII Planning (Cáceres). Methodologically, the analysis only prioritize the historical context, the territorial dismemberment and municipal groups in official and institutional regionalization carried out by state bodies administratively propose regional state cutouts for the execution of its activities. The results showed that there is a strong relationship between Cáceres and the emancipated municipalities of its territory, and its centrality divided, for reasons of proximity, to Pontes e Lacerda.

Key words: Mato Grosso. Emancipations. Regionalization. Functional region. Polarization.

1 Artigo resultante da tese de doutoramento defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

2 Professor adjunto do Curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). E-mail: evaldoferreira@globocom

Artigo recebido para publicação em julho de 2016 e aceito para publicação em novembro de 2016.

INTRODUÇÃO

É na relação homem e natureza que se conceitua e se define os vários tipos de região, apresentando sua existência como uma realidade concreta, fruto de intervenções técnicas, políticas, administrativas e institucionais; como realidade simbólica, relacionada à identidade, à consciência e à solidariedade entre os indivíduos; ou como ambas (FERREIRA, 2014).

Para Fernandes (2013), mais importante do que saber sobre a existência da região, é saber como e por quais motivos ela se formou e em qual contexto – histórico, social, econômico etc.

Por outro lado, se região envolve aspectos físicos, históricos, sociais, políticos e econômicos, há de se observar que esta reflete e é refletida em função de seu centro que, no contexto hodierno da globalização, da divisão territorial do trabalho e dos avanços tecnológicos e dos meios de comunicação, se caracteriza por uma cidade, ou núcleo central que, por meio de seus fixos e de seus fluxos, determinarão sua rede, sua hierarquia, sua área de influência, ou seja, sua região.

São nestes contextos, e na atual realidade regional de Mato Grosso, que a presente pesquisa analisa a configuração regional dos municípios que compõem o sudoeste do Estado e que fazem parte das atuais microrregiões geográficas do Alto Guaporé (Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade), Tangará da Serra (Barra do Bugres, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela e Tangará da Serra) e Jauru (Araputanga, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos) que, unidas, formam a mesorregião geográfica Sudoeste Mato-Grossense (IBGE, 1990). Como estas divisões regionais não incluem Cáceres entre estes municípios, selecionou-se também aqueles pertencentes à Região de Planejamento VII (Cáceres), da Seplan-MT (CAMARGO, 2011), regionalização oficial do Estado de Mato Grosso, agregando-se Cáceres, Campos de Júlio, Comodoro e Sapezal aos municípios citados.

Esta análise regional priorizará apenas o contexto histórico, os desmembramentos territoriais e os agrupamentos municipais em regionalizações oficiais e institucionais (não oficiais) de órgãos estaduais que, administrativamente, propõem recortes regionais do Estado para a execução de suas atividades. As regionalizações oficiais para o Estado de Mato Grosso utilizadas são: Região de Planejamento VII (Cáceres), Regiões de Influência Urbana (Oeste 1 – Tangará da Serra, Oeste 2 – Diamantino e Sudoeste – Cáceres), microrregiões geográficas do Parecis, do Alto Guaporé e de Jauru, mesorregião Sudoeste Mato-grossense, Grandes Regiões Econômicas e Áreas Homogêneas (de pecuária em áreas alagáveis, de núcleos da policultura, de canavieira e da agricultura moderna) (CAMARGO, 2011) e as Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008). Já as regionalizações institucionais usadas foram: Complexo Nascentes do Pantanal, regionalizações do Cefapro, Empaer, IBGE, Indea, Polícia Militar, Politec, Segurança Pública, dos territórios rurais e das varas do Tribunal Regional Federal (FERREIRA, 2014), assim como aquela proposta por Vilarinho Neto (2002).

BREVE HISTÓRICO DE CÁ CERES - MT

A história de Cáceres está diretamente ligada ao processo de formação territorial de Mato Grosso e da expansão da Coroa Portuguesa para o Oeste com o objetivo de assegurar as terras alcançadas pelos bandeirantes paulistas no final do século XVII e início do século

XVIII, uma vez que, após o assentamento de Cuiabá às margens do rio Coxipó-Mirim e da descoberta de ouro em suas redondezas, as ordens da Coroa foi pela fixação da sede do governo de Mato Grosso no vale do Guaporé (SILVA; FREITAS, 2000; SIQUEIRA, 2002; PÓVOAS, 1995; MENDES, 1973), estando Cáceres localizada no entremeio da capital da Capitania – Vila Bela da Santíssima Trindade – e de sua principal cidade: Cuiabá.

Fundado em 06 de outubro de 1778, com a denominação de Vila Maria do Paraguai, uma homenagem de seu fundador, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres – quarto governador e capitão general do Mato Grosso e Cuyabá –, à rainha reinante de Portugal à época (MENDES, 1973), o povoamento, localizado à margem esquerda do rio Paraguai, era considerado estratégico pelos portugueses para o controle do rio na região e “onde funcionava um antigo registro, criado para evitar o descaminho do ouro produzido em Vila Bela” (GARCIA, 2013, p. 2). Os principais motivos para a fundação do povoado são apontados por Barros (apud MENDES, 1973, p. 31 e 32):

1. Abrir uma porta de navegação com São Paulo (Albuquerque elaborara uma carta hidrográfica que estabelecia as diretrizes de navegação fluvial para São Paulo desde o norte de Mato Grosso por Vila Maria e nordeste de Cuiabá);
2. Defesa e incremento da fronteira sudoeste;
3. Fertilidade do solo regado por abundantes águas e cheio de pastagens, o que era bom prenúncio de riqueza e prosperidade agrícolas;
4. Facilitar a comunicação entre Vila Bela e Cuiabá e o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois centros populacionais mais importantes da região mato-grossense;
5. Acolher cerca de 78 índios de ambos os sexos, oriundos das províncias castelhanas dos Chiquitos e dos Moxos, que o Governador até atraía com dádivas e regalias especiais muito vantajosas, onde haviam construído algumas cabanas, e aos quais se reuniram 161 outras pessoas.

Com todas essas possibilidades, as perspectivas para o desenvolvimento da localidade eram grandes, principalmente por ser o entreposto entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Entretanto, isso não ocorreu, pois as várias condições favoráveis não se concretizaram em função dos acontecimentos políticos, administrativos e econômicos da época: (a) a abertura da navegação pelo rio Paraguai só ocorreu efetivamente em 1858, após autorização do Governo do Paraguai (GARCIA, 2009); (b) com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso houve relativa tranquilidade militar na fronteira (SIQUEIRA, 2002); (c) a decadência das minas de ouro e o despovoamento de Vila Bela da Santíssima Trindade contribuíram para a transferência da capital da Província para Cuiabá; e (d) devido às dificuldades para se atrair colonos portugueses para os novos povoamentos, se tentava consolidar a posse destes instigando índios a ali se fixarem, porém, nem sempre eles seguiam esta orientação (GARCIA, 2013).

Assim, o povoamento – elevado à categoria de Vila em 1859 e de Cidade, em 1874, com o nome de São Luiz de Cáceres, passando a denominar-se apenas Cáceres em 1938 (FERREIRA, 2010) – experimentou ciclos de crescimento político e econômico no decorrer sua história, intermediados por períodos de decadência e estagnação.

O primeiro ciclo é o agropastoril, com a implantação de grandes fazendas produtoras de cana de açúcar e seus derivados (aguardente e açúcar) e de produtos oriundos da carne bovina, principalmente caldo de carne e charques, destacando-se as fazendas Facão, Barranco Vermelho, Ressaca, Descalvados e Jacobina (MENDES, 1973).

A assinatura do Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Extradicação entre o Brasil e a República do Paraguai, em 06 de abril de 1856 (SIQUEIRA, 2002), possibilitou a abertura da navegação pelo rio Paraguai e, conseqüentemente, maiores relações comerciais de Mato Grosso – e as fazendas de Vila Maria – com os centros mais desenvolvidos do País à época e com a Europa. Todavia, foi também em função desta abertura que se iniciou a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), com o aprisionamento do navio que conduzia o novo presidente da Província de Mato Grosso (Frederico Carneiro de Campos), pelas forças paraguaias, em novembro de 1864 (SIQUEIRA, 2002; PÓVOAS, 1995).

Durante a Guerra, a navegação e o comércio via rio Paraguai foram interrompidos, porém, Vila Maria (Cáceres) conseguiu não ser atingida por uma de suas principais conseqüências: a epidemia de varíola, uma vez que a passagem pela fazenda Jacobina de pedestres vindos de Cuiabá e contaminados por esta doença fora proibida (GARCIA, 2005).

Terminada a Guerra, a navegação pelo rio Paraguai foi retomada, seguindo ininterrupta até 1930 (SIQUEIRA, 2002), o que possibilitou a vinda para Mato Grosso de pessoas, mercadorias e desenvolvimento, destacando-se para a agora cidade de São Luiz de Cáceres a abertura e o crescimento da charqueada montada na fazenda Descalvados, transformada em fábrica (GARCIA, 2008, apud GARCIA; RIBEIRO, 2011).

O segundo ciclo é o da indústria extrativista, sobressaindo-se, em Cáceres, a extração da poaia [*Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes – Rubiaceae], também conhecida como ipeca ou ipecacuanha.

A abertura da navegação pelo rio Paraguai, a produção nas grandes fazendas e a extração da poaia criaram uma economia exportadora e novas relações comerciais e políticas com o capital estrangeiro (GARCIA; RIBEIRO, 2011) e também fez com que São Luiz de Cáceres, cuja população residente se concentrava em maior número nas grandes fazendas (MENDES, 1973), experimentasse um relativo progresso com a abertura de casas comerciais, da Câmara Municipal e com a vinda para a cidade de fazendeiros e importantes comerciantes.

Entretanto, o ciclo se fecha com a escassez da poaia, uma vez que, diferentemente dos indígenas que faziam a coleta da planta, mas replantavam parte de suas raízes, os poaieiros apenas faziam sua retirada, sem realizar seu replantio e isto, em conjunto com o desmatamento da região para a formação de pastagens e cultivo principalmente de arroz e cana de açúcar contribui para o fim desta cultura (FERREIRA, et. al., 2008). Por outro lado, a partir da primeira década do século XX, os belgas, principais representantes do capital estrangeiro na região, começam a se retirar da fronteira Oeste, levando à decadência dos empreendimentos investidos nas charqueadas (GARCIA, 2005), e o fim da escravatura, em 1888, fez reduzir a produtividade nas grandes fazendas de São Luiz de Cáceres.

Assim, a localidade vai passar por um grande período de estagnação, acarretado também pela diminuição da navegação fluvial em função da prioridade ao modal rodoviário e pela maior influência e atração de cidades polos no Estado à época – notadamente Cuiabá, Dourados e Corumbá –, voltando a ter expressividade apenas quando dos investimentos dos governos federal e estadual nos programas de colonização implantados na região.

EVOLUÇÃO/DESMEMBRAMENTOS TERRITORIAIS DE CÁCERES E A FORMAÇÃO DA REGIÃO

Cáceres é hoje o quarto maior município mato-grossense em extensão territorial – os primeiros são Colniza, Juína e Aripuanã. Entretanto, considerando-se o período de sua fundação como vila (1778), a fase em que os municípios de Mato Grosso passaram a receber limites de áreas extensas (SILVA, 1992) e a divisão territorial do Estado, observa-se que sua extensão era bem maior, sendo diminuída em função de vários desmembramentos ocorridos a partir de 1943. Assim, o primeiro desmembramento territorial de Cáceres acontecerá com a emancipação de Barra do Bugres, em 31 de dezembro de 1943, e se estenderá até o final da década de 1990.

Sem entrar na discussão sobre as vantagens ou desvantagens das emancipações municipais, o estudo sobre os desmembramentos territoriais é de fundamental importância para a análise da formação da região, uma vez que, geralmente, são os antecedentes políticos, econômicos, sociais e – por que não – ambientais (homogeneidade) que levaram à emancipação que definirão as relações (funcionalidade) entre o município-mãe e o emancipado. Ou seja, a relação entre os lugares passa também pelos fatores históricos de suas formações e a análise destas relações é um ótimo critério (apesar de não ser o único) para avaliar se houve ou não vantagem na separação territorial.

Neste contexto, a emancipação de Barra do Bugres de Cáceres não significou apenas mais um desmembramento territorial – apesar de o Decreto-Lei nº. 545, de 31 de dezembro de 1943, ter sido “um ato abrangente, contemplando o Estado de Mato Grosso todo: uma reestruturação geral” (FERREIRA, 2001, p. 397) –, já que o povoamento do município, assim como Cáceres, está diretamente ligado à extração da poaia e da borracha e à navegação do rio Paraguai, onde o porto de Cáceres servia de entreposto, abastecendo a população barra-bugrense com manufaturados e trazendo de lá poaia e borracha (SILVA; FERREIRA, 1994).

A relação entre Barra do Bugres e Cáceres se arrefeceu ainda antes da emancipação daquele em função da diminuição da extração da borracha e da poaia e, por conseguinte, da navegação pelo rio Paraguai. Por outro lado, Barra do Bugres ao emancipar-se recebeu também parte do território de Diamantino e é desta parte que o município dará origem a Tangará da Serra, implantada pela empresa Sociedade Imobiliária Tupã para Agricultura Ltda (SITA), em função da fertilidade do solo e do clima propício (FERREIRA, 2001), se configurando como polo regional e agroindustrial (CAMARGO, 2011), atraindo e polarizando Barra do Bugres e os demais municípios que dele se desmembraram.

Para facilitar o entendimento sobre esta evolução territorial, Silva (1992) definiu a genealogia das divisões político-administrativas de Mato Grosso, encontrando 11 famílias de municípios gerados a partir de Cuiabá, sendo Cáceres um deles. Nesse contexto, ao se considerar Cáceres como município-mãe, ter-se-á as emancipações por gerações (1ª, 2ª, 3ª e assim sucessivamente), de acordo com o apresentado no Quadro 1, e as relações entre as cidades tenderá a ser de “mãe” para “filho”, excetuando-se quando este se desenvolve mais do que a mãe e passa a exercer influência sobre ela e sobre os “irmãos”.

Quadro 1. Gerações de municípios emancipados a partir de Cáceres-MT.

MÃE	1ª Geração	2ª Geração	3ª Geração
Cáceres	Barra do Bugres	Arenápolis	Nova Marilândia
			Santo Afonso
		Tangará da Serra	
		Denise	
		Nova Olímpia	
	Mirassol D'Oeste	Porto Estrela	
		Araputanga	Indiavaí
		São José dos Quatro Marcos	
	Rio Branco	Glória D'Oeste	
		Reserva do Cabaçal	
	Salto do Céu	Lambari D'Oeste	
	Jauru	Figueirópolis D'Oeste	
		Porto Esperidião	
	Curvelândia		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Silva (1992)

Assim, motivados por fatores políticos, administrativos, econômicos ou mesmo de infraestrutura, entre outros, além de Tangará da Serra, emanciparam-se de Barra do Bugres: Denise (em 1982) e Nova Olímpia (em 1986) em função da instalação da Usinas Itamarati, da pavimentação das rodovias MT 123, MT 358 e MT 246 e do Programa Polonoroeste que contribuíram, respectivamente, para a criação de empregos diretos e indiretos, ligou as localidades à capital do Estado e possibilitou a fixação do homem à terra (FERREIRA, 2001); Porto Estrela, cujo povoamento inicial está diretamente atrelado à extração primitiva da poaia e da borracha e à comercialização destas pelo rio Paraguai/porto de Cáceres, bem como à exploração de madeiras de lei (PORTO ESTRELA, 2014), que ajudaram na criação do distrito ainda em 1953, todavia, devido ao esfacelamento destas atividades extrativistas e “apesar da vida política organizada, o lugar amargou longo tempo para emancipar-se” (FERREIRA, 2001, p. 575), vindo a ocorrer apenas em 19 de dezembro de 1991; e Arenápolis (em 1953), cujas relações históricas, econômicas e culturais sempre estiveram ligadas à Diamantino devido à maior proximidade, acessibilidade e polarização. De Arenápolis emanciparam-se Nova Marilândia e Santo Afonso, ambos em 1991.

Em 1960, o governo do Estado de Mato Grosso inicia, em Cáceres, a construção de uma ponte de concreto sobre o rio Paraguai. Esta ponte, inaugurada em 1961 e denominada Marechal Cândido da Silva Rondon, juntamente com a abertura e pavimentação da BR-174 e a implementação dos projetos de colonização na região – por meio do Departamento de Terras e Colonização (DTC), criado para controlar a venda de terras públicas e a concessão de títulos de propriedades, e da Comissão de Planejamento da Produção (CPP), que objetivava atrair empresas colonizadoras para Mato Grosso (GALVÃO, 2013) e “dar embasamento e infraestrutura à colonização” (FERREIRA, 2001, p. 599) – vai proporcionar o povoamento e os desmembramentos municipais na direção sudoeste do Estado.

Em 1958, o paulista Antonio Lopes Molon já havia investido, junto ao DTC, na compra de terras devolutas onde hoje se localiza o município de Mirassol D'Oeste, decidindo

loteá-las em glebas rurais (SILVA; FERREIRA, 1994). O interesse por estes loteamentos aumentou significativamente após a abertura, em 1968, da estrada que os ligava a Cáceres, elevando o contingente populacional a ponto de, em 1969, o agora distrito eleger vereador para a Câmara Municipal de Cáceres, ocorrendo a emancipação em 14 de maio de 1976 e a instalação oficial do município em 1º de fevereiro de 1977 (MIRASSOL D'OESTE, 2014).

Nessa mesma direção, por meio de loteamentos particulares, cujo proprietário inicialmente adquiriu, a preços irrisórios, terras devolutas junto ao DTC, com o compromisso de abrir estradas e assentar infraestrutura (estradas, escola, comércio etc.) para o desenvolvimento do núcleo urbano, se emanciparam de Mirassol D'Oeste, em 1979, Araputanga e São José dos Quatro Marcos, cujos povoados iniciais foram incentivados pela abertura de estradas que ligavam estas localidades à Cáceres.

Mais recentemente, influenciados por motivos políticos e sob a justificativa de não recebimento da devida atenção administrativa do município-sede, houve as emancipações de Indiavaí (em 1986) de Araputanga, e Glória D'Oeste (em 1991) de Mirassol D'Oeste (FERREIRA, 2001).

Diferentemente, a porção norte da região, onde hoje se localizam os municípios de Rio Branco e Salto do Céu, foi colonizada pela ação direta do próprio governo estadual, conforme relata Ferreira (2001, p. 590):

O então presidente da CPP, João Augusto Capilé Junior, recebera ordem do governador Fernando Correa da Costa, para a incumbência de assentar os colonos que tiveram problemas em Dourados e Jaciara, na porção sulista e onde o governo estadual desenvolvera colônias agrícolas.

Capilé tomou a estrada de penetração, após Cáceres, alcançando Panorama do Rio Branco, terra de Airton Montec (sic). Antes de atingir o rio Branco, já encontrara outra gleba.

Voltando à Cuiabá, Capilé verificou que as terras além do rio Branco pertenciam à MADI, pretensa empresa colonizadora que atuava na região, não atendendo as expectativas do governo. Levado o assunto ao governador, este mandou invadir as terras, devido à necessidade de assentar urgentemente os colonos em crise e por elas estarem sendo movimentadas, mesmo sendo tituladas.

Capilé, que é tido como um dos grandes nomes da colonização por parte do governo estadual, mandou dividir a área da região, que atualmente engloba os municípios de Rio Branco, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal e Lambari D'Oeste. Cada colono receberia 30 hectares de terras. Muito contribuiu para arrebatar e encaminhar para a região de Rio Branco e Salto do Céu 2.400 famílias.

A CPP participou diretamente da organização da colonização desta área, demarcando os lotes rurais, construindo o barracão que servia como sede para os trabalhadores que desbravavam a mata e também distribuindo gratuitamente alimentos doados por meio do programa Alimentos para a Paz, dos Estados Unidos da América (FERREIRA, 2001), já que para se estruturar nas terras os colonos, que não contavam com um capital inicial, necessitavam desses recursos.

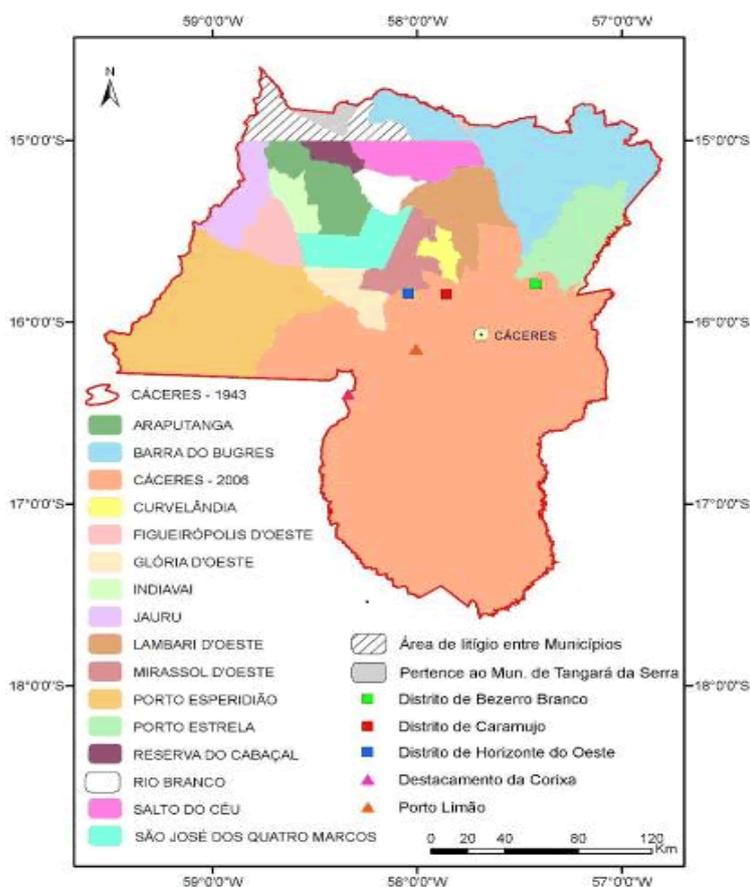
Vivendo inicialmente da cultura do arroz e do feijão para subsistência, as glebas (distritos) de Rio Branco e Salto do Céu foram emancipadas de Cáceres em 1979 e se desenvolveram tanto econômica quanto populacionalmente, atingindo, em 1980, população de 17.573 e 11.191 habitantes, respectivamente (IBGE, 2012) – o triplo do que é hoje: 5.063 e 3.666 pessoas (IBGE, 2013a). Em 1986, Rio Branco perdera parte de seu território para a criação do município de Reserva do Cabaçal e, em 1991, para a emancipação de Lambari D'Oeste.

Assim como Araputanga e São José dos Quatro Marcos, a colonização de Jauru ocorreu a partir de loteamentos realizados por pessoas físicas e sua emancipação de Cáceres

foi efetivada em 20 de setembro de 1979, sendo que, em 1986, se desmembraram deste os municípios de Figueirópolis D'Oeste e Porto Esperidião. Este último, de colonização mais antiga, incentivada pela instalação da Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, pelo Marechal Rondon, ainda na década de 1920, e pela construção da rodovia Cáceres/Vila Bela da Santíssima Trindade (FERREIRA, 2001).

Já o último, dos 15 municípios que se emanciparam a partir de Cáceres (Figura 1), abrangendo também áreas anteriormente pertencentes à Mirassol D'Oeste e Lambari D'Oeste, foi Curvelândia, com lei de criação datada de 28 de janeiro de 1998 e cujas motivações foram político-administrativas apoiadas por um deputado estadual e por um empresário do ramo de transporte rodoviário que mantinha linha regular de transporte intermunicipal nessa região à época, havendo, inclusive, desentendimentos políticos em função desta emancipação como relata Ferreira (2001, p. 447):

Em 19 de junho de 1995, em documento assinado pelos vereadores de Lambari D'Oeste, srs. José Siviero, José Guilherme de Sene e Izaías Domingos, a Câmara Municipal daquele município aprovou moção de repúdio sobre a criação do município de Curvelândia, alegando que o município havia investido maciçamente nas áreas de saúde, educação, telefonia e malha viária, não havendo, portanto, necessidade de emancipação. Nesta mesma época, outro documento de repúdio surgiu, desta feita da prefeitura municipal, assinada pelo prefeito Carlos Batista da Silva, "...ao desmembramento arbitrário de aproximadamente 1/3 da área territorial do município de Lambari D'Oeste" (grifo do autor).



Fonte: NEVES, 2008.

Figura 1. Municípios desmembrados de Cáceres a partir de 1943.

Aqui cabe um parênteses para comentar que, ao desmembrar-se de Rio Branco, Lambari D'Oeste ficou com extensão territorial duas vezes maior do que aquele, além de levar sua principal fonte de arrecadação municipal: a Destilaria Cooperb (Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana de Rio Branco) e, por outro lado, não era favorável à emancipação de Curvelândia de parte de seu território.

Voltando à formação da região, destaca-se o comentário de Natalino Ferreira Mendes (1973) sobre a situação desta quando da mudança da capital da Província de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá: “Cáceres, de ponto intermediário entre dois centros de importância, vai se tornar extremo, abandonado a si mesmo, entregue a seus próprios recursos...” (p. 32). E, se com esta mudança a situação de Cáceres piorou, a de Vila Bela da Santíssima Trindade, como comentado anteriormente, foi mais abalada ainda, uma vez que, de capital, a cidade se transforma em uma localidade esquecida no extremo Oeste mato-grossense e dependente, funcionalmente, de Cáceres (IBGE, 1987, 2000 e 2008). Por isso, no contexto regional, os desmembramentos territoriais e os municípios gerados de Vila Bela da Santíssima Trindade, a partir de 1970 (Quadro 2) vão importar muito na formação da região abrangida por Cáceres.

Quadro 2. Gerações de municípios emancipados de Vila Bela da Santíssima Trindade a partir de 1970.

MÃE	1ª Geração	2ª Geração
Vila Bela da Santíssima Trindade	Pontes e Lacerda	Conquista D'Oeste
		Vale de São Domingos
	Comodoro	Nova Lacerda
		Campos de Júlio

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Silva (1992)

Assim, desmembram-se de Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda, em 1979, e Comodoro, em 1986, ambas com colonização inicial relacionada à fundação da ex-capital, à instalação das linhas telegráficas pelo Marechal Rondon, à atividade extrativista (poaia e borracha) e à abertura das vias de acesso à Vila Bela da Santíssima Trindade e a Porto Velho, além dos projetos de colonização dos governos estadual e federal. Para Pontes e Lacerda, a fase desenvolvimentista e o aumento populacional se darão com a descoberta de ouro nos garimpos das serras de Santa Bárbara e do Caldeirão (FERREIRA, 2001), cuja exploração ainda se encontra em atividade e a cidade já configura entre as mais importantes da região.

Na década de 1990 emanciparam-se de Comodoro: Campos de Júlio (1994) e Nova Lacerda (1995), ambas motivadas pelos programas governamentais de auxílio à abertura da fronteira agrícola mato-grossense (FERREIRA, 2001) e por intervenção política, sendo que os próprios nomes das cidades são homenagens a um ex-governador (Júlio Campos) e um ex-deputado estadual (José Lacerda). Já de Pontes e Lacerda – cujo nome da cidade não tem relação com o citado ex-deputado e sim com os astrônomos e cartógrafos Antonio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida que elaboraram, em 1874, a primeira carta geográfica dos rios da região (SILVA, FERREIRA, 1994) – se emanciparam, em 1999, Conquista D’Oeste e Vale de São Domingos, ambas sob a justificativa da distância entre estes distritos e a sede municipal e a dificuldade de se manter a infraestrutura necessária, principalmente as vias de acesso, para bem atender a população (FERREIRA, 2001).

No contexto geral, considerando-se o processo histórico dos desmembramentos territoriais, as motivações que levaram às emancipações, as características regionais e primordialmente o entendimento da região como um recorte político-administrativo subordinado política e economicamente a um poder central, apesar de sua autonomia (DINIZ; BATELLA, 2005) e que geralmente o processo de regionalização está vinculado ao de planejamento, principalmente o estatal/capitalista (SOUSA; DEL GROSSI, 2010), observa-se que há duas características que, considerando-se as regionalizações oficiais e institucionais (FERREIRA, 2014), formam a região sudoeste do Estado de Mato Grosso: (I) aquela onde Cáceres é a cidade polo e centraliza os municípios desmembrados de si – excetuando-se Barra do Bugres e seus municípios descendentes – (Quadro 3) e (II) aquela onde Cáceres divide a centralidade com outro município de região, notadamente Pontes e Lacerda, formando-se duas regiões menores (Quadro 4), mas complementares nas relações entre as cidades (Figura 2).

Assim, considerando-se o Quadro 3, com a participação dos municípios nas divisões oficiais e nos recortes realizados por outros órgãos para o Estado de Mato Grosso, poder-se-ia dizer que a região polarizada por Cáceres é aquela que abrange a área dos municípios que configuram diretamente vinculados a esta cidade no maior número de regionalizações possível; ou seja, a “Região de Cáceres” envolveria apenas os municípios de Cáceres, Araputanga, Curvelândia, Glória D’Oeste, Indivaí, Lambari D’Oeste, Mirassol D’Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos.

Quadro 3. Participação dos municípios nas regionalizações oficiais e não oficiais do Estado de Mato Grosso onde Cáceres é a cidade polo

REGIONALIZAÇÃO	Araputanga	Campos de Júlio	Comodoro	Conquista D'Oeste	Curvelândia	Figueirópolis D'Oeste	Glória D'Oeste	Indiavaí	Jauru
Cefapro	X				X		X	X	
Complexo Nas-centes do Pantanal	X				X	X	X	X	X
Empaer	X		X	X	X	X	X	X	X
IBGE	X				X		X	X	
Indea	X				X		X	X	
Polícia Militar	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Politec	X		X	X	X	X	X	X	X
Regic (2007)	X			X	X	X	X	X	X
Regiões de influência urbana	X			X	X	X	X	X	X
Regiões de Planejamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X
RISP Cáceres	X				X		X	X	
Territórios rurais	X		X	X	X	X	X	X	X
Vilarinho Neto	X			X	X	X	X	X	X
Vara do TRF	X		X	X	X	X	X	X	X
TOTAL	14	2	6	9	14	10	14	14	10

Continua na próxima página

Fonte: Elaborado por Ferreira (2014) a partir de BRASIL, 2010; CAMARGO, 2011; IBGE, 2011c e 2008b; JUSTIÇA FEDERAL, 2014, MATO GROSSO, 2013d, 2013e, 2013h, 2013i, 2013m e 2010b; SANTOS et. al., 2013; VILARINHO NETO, 2002.

Continuação da página anterior

Lambari D'Oeste	Mirassol D'Oeste	Nova Lacerda	Pontes e Lacerda	Porto Esperidião	Porto Estrela	Reserva do Cabaçal	Rio Branco	Salto do Céu	São J. dos Q. Marcos	Sapezal	Vale de S. Domingos	Vila B.daSS.Trindade
X	X			X		X	X	X	X			
X	X			X		X	X	X	X			
X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X
X	X			X		X	X	X	X			
X	X			X		X	X	X	X			
X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X
X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X
X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X
X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
X	X			X		X	X	X	X			
X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
14	14	9	9	14	2	14	14	14	14	1	9	9

Quadro 4. Participação dos municípios da região em outras regionalizações oficiais e não oficiais do Estado de Mato Grosso e sua respectiva cidade polo (*)

REGIONALIZAÇÃO	Araputanga	Barra do Bugres	Campo Novo dos Parecís	Campos de Júlio	Comodoro	Conquista D'Oeste	Curvelândia	Denise	Diamantino	Figueirópolis D'Oeste	Glória D'Oeste
Microrregião de Parecís			X	X	X				X		
Microrregião do Alto Guaporé						X					
Microrregião de Tangará da Serra		X						X			
Microrregião de Jauru	X						X			X	X
Mesorregião Sudoeste Mato-grossense	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Região de pecuária em áreas alagáveis					X	X					
Região de núcleos de policultura	X						X			X	X
Região de canaveira		X						X			
Região da agricultura moderna			X	X							
RIF Oeste 1		X	X					X			
RIF Oeste 3				X	X*						
Consórcio Vale do Guaporé				X	X	X				X	
Cefapros				X	X	X				X	
Indea				X	X	X				X	
RISP Pontes e Lacerda				X	X	X				X	
IBGE				X	X	X				X	
Vilarinho Neto		X	X	X	X			X			
TOTAL	3	5	5	10	10	8	3	5	2	8	3

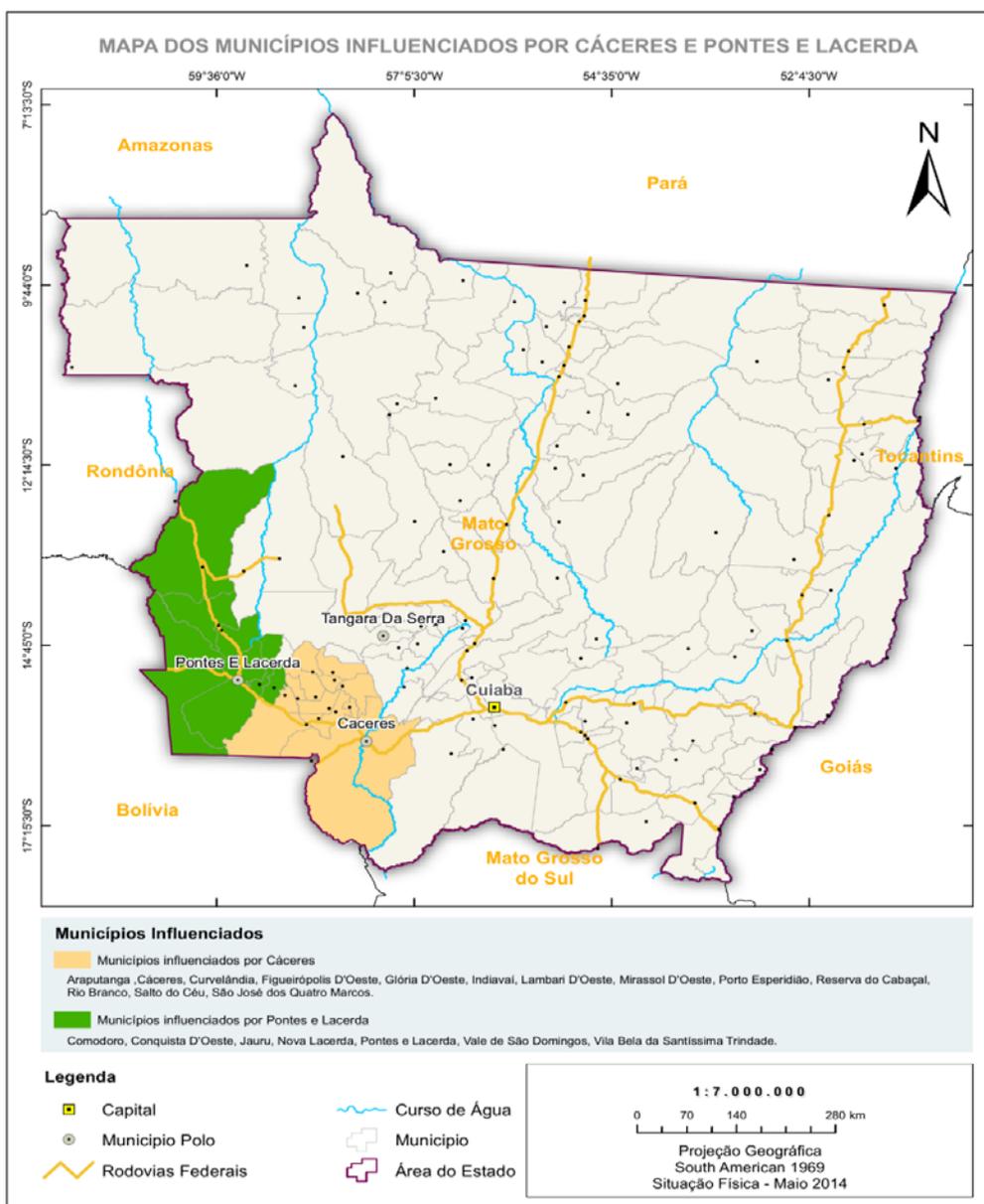
Continua na próxima página

Fonte: Elaborado por Ferreira (2014) a partir de CAMARGO, 2011; IBGE, 2011c; MATO GROSSO, 2010b, 2013d, 2013h; MIRANDA e AMORIM, 2000; SANTOS et. al, 2013, VILARINHO NETO, 2002.

Continuação da página anterior

Indiavaí	Jauru	Lambari D'Oeste	Mirassol D'Oeste	Nova Lacerda	Nova Olímpia	Pontes e Lacerda	Porto Esperidião	Porto Estrela	Reserva do Cabaçal	Rio Branco	Rondolândia	Salto do Céu	São José dos Quatro Marcos	Sapezal	Tangará da Serra	Vale de São Domingos	Vila Bela da SS. Trindade
														X			
				X		X										X	X
					X			X							X		
X	X	X	X				X		X	X		X	X				
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
				X		X										X	X
X	X	X	X				X		X	X		X	X				
					X												
														X			
					X										X*		
														X			
	X			X		X										X	X
	X			X		X*					X					X	X
	X			X		X*					X			X		X	X
	X			X		X*										X	X
	X			X		X*					X					X	X
					X						X			X	X*		
3	8	3	3	8	5	8	3	2	3	3	4	3	3	6	4	8	8

Por outro lado, pela análise dos quadros 3 e 4 apreende-se que os municípios de Barra do Bugres, Campo Novo dos Parecis, Denise, Diamantino, Nova Olímpia, Rondolândia e Tangará da Serra em nenhuma das regionalizações, configuram juntamente com Cáceres e não estão em nenhum dos recortes regionais polarizados por ela em função das diferenças econômicas e sociais, apesar de que, em alguns destes recortes, estas cidades fazem parte do conjunto com municípios desmembrados diretamente de Cáceres.



Fonte: Elaborado por Evaldo Ferreira. Arte: Gilmar Acácio de Souza, 2014.

Figura 2. Municípios do sudoeste mato-grossense influenciados por Cáceres e Pontes e Lacerda.

Já Porto Estrela aparece apenas na proposta de Vilarinho Neto (2002) e nas varas do TRF, porém, em função da proximidade e das condições de acesso viário, esta cidade mantém maiores relacionamentos com Barra do Bugres do que com Cáceres.

Além disto, com estas exclusões, os 12 municípios vinculados diretamente à Cáceres em todas as regionalizações apresentadas, mais os dez que em alguns recortes são polarizados

por Cáceres e, em outros, por Pontes e Lacerda (Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Figueirópolis D'Oeste, Jauru, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Sapezal, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade), são exatamente os que compõem a Região de Planejamento VII, da Seplan-MT (CAMARGO, 2011), polarizada por Cáceres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atual configuração regional dos municípios do sudoeste mato-grossense a partir de seu processo histórico, emancipações e agrupamentos apresentados nas regionalizações oficiais e não oficiais (institucionais) do Estado de Mato Grosso, mostraram que Cáceres tem polarizado os municípios desmembrados de si, com exceção de Barra do Bugres e de seus descendentes.

Cáceres exerce influência também sobre aquelas unidades territoriais desmembradas de Vila Bela da Santíssima Trindade, porém, neste caso, esta centralidade é dividida com Pontes e Lacerda, que influência principalmente aqueles municípios que se encontram mais próximos de si do que de Cáceres.

Como a pesquisa observou apenas os aspectos históricos, político-administrativos no contexto das emancipações e as regionalizações oficiais e institucionais para Mato Grosso e considerando-se que na definição das regiões funcionais utiliza-se o critério das relações entre os lugares e que estas não são fixas no tempo e no espaço, faz-se necessário averiguar a dinâmica regional e o significado e a relação que Cáceres tem para e com cada município, a fim de definir se este se enquadra ou não – no quesito funcionalidade – na região polarizada pela cidade.

REFERÊNCIAS

- CAMARGO, Lígia (org.). **Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômica/ecológica**. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.
- DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 59-77, 2005.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **A região existe, mas...** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <evaldoferreira@globo.com> em 01 fev. 2013.
- FERREIRA, Evaldo. **Cáceres: capital regional no contexto de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- _____. **Planejamento de transporte cicloviário: o caso de Cáceres-MT**. Cáceres: Unemat, 2010.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Buriti, 2001.
- FERREIRA, João Carlos Vicente et. al. **Século XIX**. 2008. Disponível em: <<http://www.mteseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=63&cid=595>>. Acesso em 07 jan. 2014.
- GALVÃO, Josiani Aparecida da Cunha. Colonização e cidades em Mato Grosso. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 27., 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013, p. 1–11.
- GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. De vila à cidade: impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da Fronteira Oeste. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 27., 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH, 2013, p. 1 – 17. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372281999_ARQUIVO_TrabalhoXXVIlSimposioNacionaldeHistoriaDomingosSaviodaCunhaGarcia.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2014.

- _____. **Território e negócios na “Era dos Impérios”**: os belgas na fronteira Oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- _____. **Território e negócios na “Era dos Impérios”**: os belgas na fronteira Oeste do Brasil. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GARCIA, Domingos Sávio da Cunha; RIBEIRO, Renilson Rosa Ribeiro. Descalvados como objeto de estudo da história de Mato Grosso: fontes, historiografia e ensino. **Documento Monumento**. Cuiabá: UFMT, NDIHR, v. 1, n. 5, dez. 2011, p. 85 – 100. Disponível em: <<http://200.17.60.4/ndihr/revista-5/artigos/domingos-savio-da-cunha-garcia.pdf>>. Acesso em 07 jan. 2014.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades@. Brasília: IBGE, 2013a. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 28 abr. 2013.
- _____. **Estimativas das populações residentes**: censos demográficos e contagens de população. 2012. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <evaldoferreira@globo.com> em 15 jun. 2012.
- _____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, 2008.
- _____. **Regiões de influência das cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1990c.
- _____. **Regiões de influência das cidades 1987**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. (Revisão atualizada do estudo: Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas).
- MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres**: história da administração municipal. Tomo I, Cáceres, 1973.
- MIRASSOL D’OESTE. Prefeitura Municipal. **História do Município**. 2014. Disponível em: <<http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/Historia-do-Municipio/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- NEVES, Ronaldo José. **Modelagem e implementação de atlas geográficos municipais**: estudo de caso do município de Cáceres-MT. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- PORTO ESTRELA. Prefeitura Municipal. **História do Município**. 2014. Disponível em: <<http://www.portoestrela.mt.gov.br/Historia-do-Municipio/>>. Acesso em: 14 jan. 2014.
- PÓVOAS, Lennine de Campos. **História Geral de Mato Grosso**: dos primórdios à queda do Império. v. 1. Cuiabá: L. C. Póvoas, 1995.
- SILVA, José de Moura e. **Genealogia dos municípios de Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Administração, Arquivo Público de Mato Grosso, 1992.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e; FERREIRA, João Carlos Vicente. **Breve história de Mato Grosso e de seus municípios**. Cuiabá, 1994.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa; FREITAS, Moacyr. **Quadros históricos de Mato Grosso**: Período Colonial. Cuiabá, 2000.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; DEL GROSSI, Suely Regina. A regionalização do espaço amazônico: o caso de Rondônia. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, 2010, p. 126-135.
- VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.